

A OPRESSÃO COLONIAL ATRAVÉS DA IMPOSIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXOS NO CONTO ‘A MENINA VITÓRIA’, DE ARNALDO SANTOS

THE COLONIAL OPPRESSION THROUGH PORTUGUESE LANGUAGE IMPOSITION: HIGHLIGHTS IN ‘A MENINA VITÓRIA’ TALE, BY ARNALDO SANTOS

Lorena da Silva Rodrigues¹

Lourenço Ocuni Cá²

RESUMO

Segundo Augel (2007), o colonialismo reificou o negro ceifando a língua, as crenças, as tradições e roubar-lhe a capacidade de escolha própria. Uma das estratégias para isso foi o processo de assimilacionismo, através do qual o europeu “oferecia” uma pseudo-cidadania em troca da assimilação dos seus hábitos, dos seus costumes e da sua língua, conforme é apresentado no conto “A menina Vitória”, de Arnaldo Santos. Este trabalho tem por objetivo analisar a opressão colonial a partir da narrativa de Santos, pautado em uma discussão interdisciplinar entre a literatura e a Sociolinguística (CALVET, 2015), levando em conta os conceitos de língua, sociedade e educação linguísticas veiculadas no texto literário. Observamos que, ao adotar a língua e os costumes dos portugueses, a personagem título tenta afastar de si quaisquer características que identifiquem a sua negritude, sendo sua principal estratégia o discurso ligado ao autoritarismo e à opressão. Vemos ainda, em nossa análise, uma relação de opressão que encaixa a ideologia social na estrutura linguística, pautados na teoria do Poder e da Solidariedade de Brown e Gilman (1960) para os quais a sociedade é polarizada entre essas duas forças que são refletidas nas formas de tratamento. A partir desse entendimento, observamos a menina Vitória optar por uma educação linguística que pune o garoto Gigi por não entender as dinâmicas de poder veiculadas na língua. Concluímos fazendo uma relação da narrativa com o modelo de educação pensado por Freire (2005) para quem quando a educação não é crítica, torna-se um mecanismo de opressão.

Palavras-chave: colonialismo; língua portuguesa; opressão; educação linguística.

ABSTRACT

According to Rangel (2007), colonialism has objectified black persons by taking over their language, beliefs, traditions and stealing the capacity of making their own choices. One of the strategies was the assimilation process of their habits, costumes, and language, as presented in “A menina Vitória” tale, by Arnaldo Santos. This research aims to analyze colonial oppression, starting from Santos's narrative, based on an interdisciplinary approach between literature and sociolinguistics (CALVET, 2015), considering language, society and education concepts which are transmitted in the story. It is observed that, by adopting Portuguese's language and culture, the title character tries to push away from her any characteristics that identify her blackness, having as strategy to reach an authoritarian and oppressive discourse. It is noticed an oppressive relationship based on Pronouns of power and Solidarity theory (BROWN; GILMAN, 1960), which considers the society as divided in these two parties and these strengths are reflected on address pronouns. Therefore, it is observed that the girl Vitória chooses for a

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará.

² Doutor em Políticas de Educação e Sistemas Educativos. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

linguistic education which punishes the boy Gigi from not understanding linguistic power dynamics. In conclusion, a relation is built between the tale and Freire's (2005) educational model, which considers that when education is not critical, it becomes an oppression mechanism.

Keywords: colonialism; portuguese language; oppression; linguistic education.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem reflete em si as construções sociais. Sabendo disso, Nascimento (2019) adverte que, quando as línguas são usadas com fins políticos, elas funcionam como projetos de poder que priorizam certos grupos e o autor cita o colonialismo como um desses projetos, o qual através de seus textos elegeu cor, etnia, gênero e classe dominante. Esse discurso de dominação faz-se presente também nos textos literário, sabendo disso este trabalho pretende analisar o conto angolano “A menina Vitória”, de Arnaldo Santos, publicado em 1965, lançado ainda no período de colonização portuguesa, e que traz em seu enredo temas como o assimilacionismo, a educação e a infância.

Contextualizando o período literário em que a obra foi escrita, Secco (2011) apresenta o intervalo de tempo que compreende a primeira metade do século XX até a independência (1975) como produtor de uma literatura identitária e anticolonialista, marcada pelo movimento “Vamos descobrir Angola”. Assim, é bastante comum textos que reflitam sobre a temática linguística ao confrontar a relação entre colonizador e colonizado nas obras. Com base nisso, em “A menina Vitória”, a personagem título, uma negra assimilada, usa seu domínio da língua portuguesa para esquecer suas tradições e sua língua materna, castigando, a partir da sua autoridade de professora, aqueles indivíduos que a façam lembrar de sua identidade original.

Augel (2007) refere-se ao colonialismo como uma máquina de fazer o outro. Isso é explicado pela autora como a estratégia que “para submeter o colonizado foi necessário quebrar-lhe a vontade, “coisificá-lo”, surrupiar-lhe a língua, as crenças, as tradições, engabelá-lo com mistificações e roubar-lhe a capacidade de escolha própria” (p.122). Nessa perspectiva, destacamos as políticas em torno do processo de assimilacionismo e buscamos investigar, na obra analisada, como a linguagem literária materializa e traz reflexões sobre como as imposições de políticas linguísticas são usadas como estratégias de dominação colonial. Partimos da hipótese de que a língua portuguesa era vista pelos africanos como maior capital simbólico do processo de assimilacionismo.

Trazemos à baila dois conceitos caros à nossa pesquisa: política linguística e mercado linguístico. Pelo primeiro, entende-se “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (CALVET, 2015, p.133), enquanto o segundo, de acordo com Bourdieu (1990 *apud* CALVET, 2015), compara a troca linguística com a troca econômica, estabelecendo-se em determinadas forças simbólicas entre um produtor, o qual detém certo capital simbólico, e um consumidor. Tal troca é feita para proporcionar certo lucro material ou simbólico. Podemos observar esses dois conceitos na representação da sociedade angolana no conto de Arnaldo Santos. Diante desse contexto, este trabalho tem por objetivo analisar as relações de poder na sociedade angolana a partir das políticas linguísticas e do sistema de educação colonial veiculadas no conto “A menina Vitória”, de Arnaldo Santos.

Diante do objeto de análise, propomos uma análise teórico-metodológica interdisciplinar, a qual conjuga conceitos e métodos da Teoria Literária e da Sociolinguística. Tal diálogo é possível uma vez que ambas as áreas estudam o entrelaçamento entre linguagem e sociedade. Além da análise proposta por nós ser inovadora por propor uma discussão sociolinguística³ sobre a literatura angolana, nosso estudo também visa a preencher uma lacuna nos estudos literários, uma vez que o texto de Arnaldo Santos tem gerado discussões em estudos relacionados à educação, ao ensino e à infância, como em Santos (2017), Menocci (2018) e Meloni (2018). Diante dos argumentos supracitados, nosso estudo procura ampliar a voz de uma literatura angolana que questiona o passado de opressão colonial, a partir da imposição de uma língua portuguesa – a qual é até hoje instrumento de exclusão social – e propõe um rompimento com esse passado, a partir do anticolonialismo e da identidade literária e linguística própria do país.

Para tanto, este artigo está dividido em três seções teóricas através das quais analisamos o texto literário, além desta introdução e das considerações finais. Na seção a seguir, contextualizamos o conto em análise, bem como o espaço ocupado por seu autor na literatura angolana. Na terceira seção, discutiremos sobre as políticas de dominação colonial impostas por Portugal, destacando a imposição da língua portuguesa aos africanos e os reflexos desses princípios na narrativa de Arnaldo Santos. Por fim, observamos as relações de poder apresentadas no conto, a partir da educação linguística vigente na Angola colonial.

³ Vale reforçar que nossa análise não está no escopo dos estudos linguísticos, pois, apesar de discutir conceitos dessa área do conhecimento, eles são apenas secundários, uma vez que o objeto estudado é o texto literário em questão.

2 CONTEXTUALIZANDO O CONTO ‘A MENINA VITÓRIA’

A partir da década de 60 do século XX, a formação da literatura angolana finca-se sobre dois pilares, o anticolonialismo e a luta pela independência. É nesse contexto em que está inserido Arnaldo Santos, nascido em Luanda em 1935. Foi no bairro de Kinaxixi, na região central da capital angolana, que o autor passou a infância e a adolescência. O bairro ocupa lugar privilegiado em seus escritos, sendo o cenário de várias narrativas, como ocorre com o conto “A menina Vitória”, aqui analisado. O texto faz parte do livro *Quinaxixi*, publicado em Luanda em 1965. No Brasil, o conto foi publicado em 1981 com o nome de *Kinaxixe e Outras Prosas*⁴.

O conto é narrado em terceira pessoa e o enredo começa a partir da mudança de escola do menino Gigi da Escola 8 para o colégio do Pucha Beatas, por causa dos piolhos e da prosódia, a qual os pais do menino consideravam ser o maior empecilho que distanciavam o jovem negro da sua branquitude. Com a transferência de escola, Gigi desloca-se do musseque ao bairro nobre, frequentado pela elite da cidade; porém ao primeiro contato com a professora da 3ª classe, a menina Vitória, o garoto conhecerá outra barreira para alcançar sua meta de embranquecimento através do assimilacionismo linguístico.

Três personagens negros são destacados pelo narrador onisciente dentro da dinâmica da narrativa: a menina Vitória, Gigi e um outro aluno da turma, Matoso. A professora é uma negra de pele clara, assimilada e cujos costumes a faz considerar-se uma branca, que gostava de interagir apenas com os garotos brancos, dignos de seus afagos, conforme podemos ler no trecho:

A professora da 3ª classe, a menina Vitória, era uma mulatinha fresca e muito empoada, que tinha tirado o curso na Metrópole. Renovava o pó-de-arroz nas faces sempre que tivesse um momento livre, e durante as aulas gostava de mergulhar os dedos nos cabelos alourados e sedosos de uns meninos que se sentavam nas primeiras filas. (SANTOS, 1977, p. 40)

Higino, nome da personagem Gigi, também é apresentado como um garoto mestiço e, desse modo, com a promessa do embranquecimento social. Como pode ser lido a seguir, nem mesmo o fato de sua mãe ser preta, tiraria o prestígio de ser considerado branco, por essa razão, o pai

⁴Informações disponíveis na e-biografia do autor no site da União dos Escritores Angolanos. Disponível em: <https://www.ueangola.com/bio-quem/item/818-arnaldo-moreira-dos-santos>. Acesso em 20 nov. 2021.

faz um esforço financeiro para afastar o seu filho do bairro, das companhias e de uma escola mais precária para que o jovem alcance a branquitude pretendida:

(...) lamentando que a pronúncia do garoto se estragava, que era preciso afastá-lo da companhia dos criados e dos colegas dos musseques. Todos concordavam que era pena, porque ele já se podia considerar como um branco, embora D. Angelina fosse mulata, mas enfim... era senhora de princípios. (SANTOS, 1977, p.39)

O terceiro personagem em destaque é o menino Matoso, também aluno de Vitória, que, assim como Gigi, é natural dos musseques, porém, diferente dos outros dois, tinha a pele retinta. Além disso, era segregado dos demais colegas de classe pela ação da professora, conforme aponta a passagem a seguir.

Olhou-o com desconfiança e depois do primeiro exame mandou-o para uma carteira do fundo da aula, junto de um menino com cara de puco, a quem chamava cafuzo, por ser muito escuro. Mas o menino cafuzo chamava-se Matoso, o que, de início, pareceu ao Gigi insuficiente para justificar o seu mutismo. (SANTOS, 1977, p.40)

Apesar de estar há mais tempo na escola, Matoso, ao que parece, não progrediu no aprendizado de português como deveria, fazendo com que o estudante misture a língua europeia à sua língua materna; fato considerado como uma ofensa pela docente. Porém, a mesma excelência nos estudos não era cobrada dos meninos brancos, os quais usavam desse privilégio “os meninos da baixa, mais libertos da coacção da professora” não precisavam ser convincentes em suas redações e podiam limitar-se a “referências distraídas” sem despertar a ira da professora para si por meio de castigos.

Tomando para si o poder conferido por seu cargo e por sua posição de assimilada, a menina Vitória reproduzia em sua sala de aula o ambiente segregador próprio das instituições coloniais. Assim sendo, os garotos negros eram tolerados pela professora desde que ficassem ao fundo da sala. Demorou pouco tempo para Gigi entender a marca que foi posta no jovem Matoso e, dessa forma, o menino fez de tudo para não compartilhar o estigma do colega: afastou-se dos outros meninos de Quinxixi, evitou a presença de Matoso e esmerou-se ao máximo nas tarefas, porém nada do que era feito agradava a professora.

Diante do exposto, observamos que o enredo do texto se insere dentro do sistema de educação colonial português, o qual pauta-se no processo de assimilação. Tal dinâmica foi uma medida jurídica e ideológica que visava ao controle dos colonizados e a manutenção do sistema. Na seção a seguir, discutiremos os impactos das políticas linguísticas como instrumento de dominação portuguesa.

3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE DOMINAÇÃO COLONIAL DO ESTADO PORTUGUÊS

O Estado Português desde o século XVI usou como parte de seus métodos de dominação colonial leis que versavam sobre a imposição da língua portuguesa. As estratégias linguísticas podem ser vistas desde a *Carta a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha (1500), através da qual é informado que dois degredados ficariam no local para aprender a língua dos nativos; passando pela educação jesuítica e culminando em uma série de medidas, em meados do século XVIII, sob a administração do Marquês Pombal, sistematizadas em um diretório para serem observadas nas povoações dos índios do Pará do Maranhão. A força e a violência da imposição de tais políticas linguísticas levaram ao desaparecimento de inúmeras línguas nacionais e ao mito de uma língua homogênea, reflexo daquela falada na Metrópole.

No que concerne ao contexto africano, em 1926, promulgou-se o *Estatuto político, social e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique*, a partir do qual a categoria “indígena” era instituída para diferenciar negro africanos dos “cidadãos”, em uma dualidade jurídica imposta por Portugal às colônias desde a data de tal documento até 1964. (NETO, 2015). A esse respeito, Betts (2010, p. 353) explica que, para o continente africano ser envolvido em uma rede administrativa colonial, que “embora pouco uniforme e um tanto complexa, unificava -se com base em algumas ideias e crenças comuns”.

Em outras palavras, conforme dito pelo autor, apesar de a colonização da África não acontecer de modo uniforme, o sistema colonial baseou-se numa política indígena, pela qual “o poder colonial não estaria efetivamente assegurado senão com a ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar” (BETTS, 2010, p. 353). Assim, observamos que uma das estratégias da opressão nas colônias foi a divisão social dos povos autóctones, na qual uma pequena parcela assimilava a língua e a cultura ocidental e era “incorporada” à administração colonial.

É dentro desse panorama que se insere o enredo do conto “A menina Vitória”. Na passagem a seguir, vê-se a personagem título, uma mestiça que estudara na metrópole, demarcando a si e ao outro, a partir da assimilação linguística. Em outras palavras, além da dominação política e econômica, houve uma conquista ideológica, trazendo suas implicações políticas, a educação ocidental, o cristianismo ocidental, as forças econômicas ocidentais e o desenvolvimento da

urbanização. Porém, essas mudanças não traziam nenhum benefício aos povos africanos, mas apenas fortaleciam o sistema colonial.

Fora também transferido da Escola 8 e, mesmo no dia da apresentação, a menina Vitória não escondera a sua má impressão, com alusões veladas à sua bata de brim grosso. Porém o seu azedume cresceu quando, tempos depois, o Matoso lhe responde distraidamente em quimbundo. “O quê, julgas que eu sou da tua laia..! ?” Daí por diante o seu nome era jogado pela aula com crueza, criando um símbolo maldito, que o Gigi mais tarde, atemorizado, reconheceu facilmente. Era uma imagem familiar. Estava muito perto de si e dos seus companheiros do Kinaxixe. Mas por que ele irritava tanto a professora e lhe mereci a aquela troça? O Gigi retraiu-se. (SANTOS, 1977, p. 41)

No trecho destacado, a menina Vitória sente repulsa por duas crianças oriundas da zona pobre da cidade de Luanda. Ainda que também seja negra, assim como os garotos, a professora tem como seu maior capital simbólico a proficiência linguística do idioma europeu. Ao pensar a língua como uma forma de capital, Bourdieu (*apud* CALVET, 2015) considera os discursos como signos de riqueza e de autoridade. A partir da enunciação, os signos linguísticos veiculam valores presentes na estrutura social. Desse modo, numa sociedade plurilíngue, a escolha de uma única língua como a oficial e como requisito para fins de cidadania, silencia vozes e cala discursos enunciados nas diversas línguas nativas em Angola. Nascimento (2019, p.21) alerta-nos sobre o impacto da imposição de uma única língua num espaço plurilíngue:

Assim, não se pode afirmar a língua como um lugar pacífico. A língua é um lugar de muitas dores para muito de nós. A ideia de língua nacional passa a ser perigosa à medida que, ao contrário de apenas se contrastar com um projeto dominante maior, ela passa a ignorar centenas de línguas já existentes no seio de um território.

É bastante simbólico, ainda, que a opressão linguística no conto esteja relacionada a uma mulher negra. Segundo uma das hipóteses clássicas dos estudos sociolinguísticos (LABOV, 1972), no que se refere aos usos linguísticos e os papéis de gêneros, as mulheres tendem a usar a norma linguística de prestígio e afastar-se das formas estigmatizadas. Observamos tal prática na menina Vitória, que afasta de si qualquer ligação com a língua materna das crianças negras. Não ser relacionada à língua quimbundo é distanciar-se socialmente de sua africanidade. O sistema de opressão através da língua é explicitado por Arnaldo Santos em duas dimensões, a primeira, como vimos até aqui, opera de forma simbólica, através da qual o colonialismo apaga as características do africano como sujeito e impõe um padrão a ser reproduzido, conforme aponta Memmi (1977, p.8):

Convencido da superioridade do colonizador e por ele fascinado, o colonizado, além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo, procura imitá-lo, coincidir, identificar-se com ele, deixar-se por ele assimilar. É o momento que poderíamos chamar de alienação. Ocupado, invadido, dominado, sem condições para reagir, nem ideológicas nem materiais, não pode evitar que o colonizador o mistifique, impondo-lhe a imagem de si mesmo que corresponde aos interesses da colonização e a justifica.

A esse respeito, Vitória é apresentada pelo narrador como mulatinha fresca e muito empoada que renovava o pó-de-arroz no rosto sempre que tinha uma oportunidade, exemplificando a imitação e o fascínio da jovem professora pelo modo de vida ocidental. Podemos observar, assim, a alienação da professora em relação à sua raça, à sua classe e à sua nacionalidade.

O segundo fator sobre a dominação que destacamos é o fato de o enredo desenvolver-se no ambiente escolar e, a partir das relações de poder oriundas dela. Menocci (2018) dimensiona a escola, no conto, como um espaço onde Gigi é excluído, humilhado e desprezado. Além da violência simbólica, a educação linguística colonial traz consigo a violência física que castiga o discente. Assim sendo, falamos de um sistema que não dá a oportunidade de progresso ou, ainda, que quebre o círculo de agressões a partir da educação. Pelo contrário, aqueles que conseguem chegar próximo ao padrão português, assimilando o modelo imposto pelo colonizador, torna-se um forte aliado do sistema colonial:

Mas porquê, porquê que ela, logo ela, o queria humilhar? Ela que tinha carapinha. Ela, que era filha de uma negra, pensou com furor. Os seus músculos crispavam-se e o caderno começou a amarrotar-se-lhe nas mãos. Depois mal sentiu a violência da palmatória. Só nas faces a queimadura viva da humilhação, só nos ombros a responsabilidade da sua condição, de que ele não tinha culpa, mas que queria aceitar mesmo dolorosa como as pulsações que lhe ressoavam nas palmas das mãos inchadas. (SANTOS, 1977, p. 45)

Diante do exposto, lembramos as palavras de Paulo Freire, segundo o qual se a educação recebida não é pautada em práticas libertadoras, o oprimido sonha em ser opressor. O teórico ainda relaciona a opressão com a desumanização e a necessidade de luta para transformar a realidade, fato que não é visto na educação colonial presente no conto.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, instaura uma outra vocação — a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 2005, p.33)

Portanto, Arnaldo Santos constrói a personagem título como um arquétipo do assimilado angolano e, ao trazer a narrativa para o ambiente escolar, desnuda o projeto segregador colonial presente na sociedade de Angola pré-independência. Retomando Augel (2007) e Betts (2010), é importante observarmos o quanto Portugal soube arquitetar um sistema de opressão que gera conflitos, a partir da negação de si e de seus iguais.

4 A OPRESSÃO ATRAVÉS DA LÍNGUA

Coadunando com o que vem sendo dito, Nascimento (2019) observa que, em se tratando da linguagem, devemos ter em mente que “o colonialismo manteve uma lógica de exploração que não funcionou somente por meio da opressão física, mas também através de um processo linguístico, simbólico e discursivo”. Além de focalizar a ideologia veiculada pela opressão colonial, o desfecho do conto gira em torno da escolha pronominal de um jovem estudante negro para referir-se a uma figura importante do Governo. Desse modo, Arnaldo Santos escolhe genialmente um aspecto do sistema linguístico como o instrumento de humilhação usado pela professora para destruir todo o esforço do garoto Gigi para adequar-se às convenções linguísticas do homem branco.

Gigi empalideceu. Alguma coisa tinha falhado. Mas o que é que poderia ter sido? Estavam lá todos os louvores pelas pontes e estradas que ele construía. Ter-se-ia esquecido de algum facto importante? Olhou o caderno que ela lhe devolvera, aberto nas mãos, mas não distinguiu as letras subitamente misturadas. A acusação, porém, veio sem tardar, inexorável, imprevisível. Como é que ele se atrevera a tratá-lo por tu! Como é que ele tivera o arrojo de o nomear com um simples artigo definido!?

- Ouve lá ... tu julgas que ele anda sujo e roto como tu, e come funje na sanzala? (SANTOS, 1977, p.44)

Brown e Gilman (1960) postulam que as formas de tratamento se relacionam às estruturas sociais nas sociedades latinas. Para os autores, as sociedades polarizam-se entre duas forças, o poder e a solidariedade, as quais estabelecem relações de simetria e assimetria entre os interlocutores através dos usos das formas de tratamentos. Por exemplo, na língua portuguesa, o pronome *tu* é uma marca de intimidade entre falantes, ou seja, para falantes de um mesmo grau hierárquico. Desse modo, de acordo com a norma padrão, uma criança não deve se referir a um membro do governo por tal pronome, já que há uma relação de poder assimétrica entre ambos.

No que se refere às sociedades da América Latina, segundo Biderman (1973) observa que os padrões de comportamento são os mesmos observados na Península Ibérica na época da colonização, os quais giram em torno da família patriarcal e em relações assimétricas que têm no topo da hierarquia o homem branco. Esse modelo também foi reproduzido nas colônias portuguesas na África e é nessa sociedade de relações assimétricas que se insere o enredo do conto a menina Vitória.

No conto, apenas três adultos têm o nome acompanhado por formas de tratamento: o Sr. Sílvio Marques, D. Angelina e a menina Vitória. Vê-se, dessa forma, o narrador reproduzir as relações de poder e solidariedade presentes na sociedade angolana da época. O pai do menino

Gigi recebe o pronome “senhor”, tratamento dado a um homem branco que, ainda que seja pobre, goza de uma posição hierárquica superior às mulheres, ao negro assimilados e aos indígenas. À esposa é dado o tratamento “dona”, forma respeitosa às mulheres casadas, porém sem a mesma relação de poder do pronome “senhora” ou “sinhá”, como era comum no Brasil no tratamento de mulheres brancas. Através do uso da forma “dona” para dirigir-se à Angelina, destinado a uma mulher negra casada com um homem branco, podemos observar que o casamento, apesar de não trazer o embranquecimento social a faz figurar socialmente como digna de um tratamento que exige uma forma respeitosa e não íntima.

Por fim, temos a forma de tratamento “menina” dada à personagem título. Em Portugal, “menina” é usado para referir-se de forma respeitosa a mulheres solteiras tanto ao dirigir-se a pessoas em posição social superior, como de posição igual, porém não a pessoas consideradas socialmente inferiores – para essas destinam-se os pronomes *tu* e *vós* – tendo um uso semelhante ao pronome “senhorita” no Brasil. Dentro desse contexto, a menina Vitória, uma negra assimilada, é uma personagem marcada de um poder hierarquicamente superior no conto por sua profissão.

Além das relações de Poder e Solidariedade propostas por Brown e Gilman (1960), observamos uma racialização, isto é, “uma estrutura de significado que só pode existir enquanto enunciação” (NASCIMENTO, 2019, p. 67), através do tratamento dado aos personagens do conto. Para Nascimento, essa racialização é localizada historicamente dentro do colonialismo e pode ser entendida como a enunciação que permite formar raça enquanto enunciado, movimentando as hierarquias de poder do sistema-mundo. A partir disso, essa enunciação ocorre como signos, gerando significados e significantes.

Ser chamada de “menina” permite à Vitória ter, a partir de seu local de assimilada, poder dentro de uma sociedade branca, na qual mulheres portuguesas solteiras também são chamadas por essa forma de tratamento. Uma vez que a professora se sente inserida no sistema, cuida para que ele seja mantido, exigindo que as demarcações sociais sejam veiculadas na língua portuguesa ensinada por ela na escola e se quem usar a fugir da regra, sendo negro, será castigado, como ocorre com Gigi e Matoso.

Na narrativa, observamos que aos dois garotos é dado o tratamento íntimo de serem chamados pelo prenome, fato comum no que se refere a crianças. Porém o desprezo pelo menino Matoso e por tudo que sua existência representa – como negro retinto, da periferia e falante do quimbundo – o nome de Matoso transforma-se em adjetivo com significado pejorativo, “(...) a menina Vitória se referia a ele, quase sempre com desprezo, ao recriminar outro aluno. «Pareces

o Matoso a falar ... », «Sujas a bata como o Matoso ... », «Cheiras a Matoso ...»” (SANTOS, 1977, p.40).

Observamos assim que a menina Vitória se configura como um exemplo das estruturas de administração colonial na África a partir do processo de assimilacionismo. Após alcançar um local de destaque na sociedade angolana, a jovem professora passa a tomar para si a violência, simbólica e física, do opressor branco e a usa como prática pedagógica destinada a alunos negros, tendo a educação linguística como seu principal método de opressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do texto analisado, pudemos perceber como o colonialismo valeu-se de um projeto de poder que, além de buscar o apagamento da identidade dos povos autóctones, vendia a ideia de civilização a partir da assimilação cultural e linguística dos preceitos europeus. No que se refere à adoção da língua portuguesa em Angola, observou-se políticas linguísticas e um sistema escolar colonial voltados para a exclusão, a dominação e a opressão do povo negro.

Betts (2010), ao falar os métodos e instituições da dominação colonial na África, explica-nos que um dos mecanismos usados pelos europeus foi a busca por apoio de pessoal e das instituições locais, as quais desempenhavam função complementar ou auxiliar que garantiam a efetivação do poder colonial. A esse exemplo, no conto analisado, temos a negra assimilada Vitória que toma para si a autoridade e o poder de impor os costumes portugueses através do sistema educacional e, assim como todo o sistema colonial, enquanto pouco exigia dos garotos brancos, usava da violência física e simbólica para com os alunos negros.

Ter direito à fala é uma forma de tornar-se sujeito. Kilomba (2020), ao interpretar versos⁵ de Jacob Sam-La Rose, tece o seguinte comentário sobre o silenciamento histórico impostos aos negros pelo colonialismo, “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes”. Podemos fazer essa leitura do conto em tela, pois a prática pedagógica da escola Pucha Beatas pautava-se no silenciamento das vozes africanas em favor das políticas do Estatuto do Civilizado.

⁵ “Por que escrevo?/ Porque eu tenho de/ Porque a minha voz,/ em todos os seus dialetos,/ tem sido calada por muito tempo”.

No entanto, ainda que os jovens negros conseguissem fluência na língua portuguesa através de muito estudo e esforço, o sistema linguístico espelha as relações sociais e incorpora em si signos de poder, conforme apontam Brown e Gilman (1960) e Biderman (1973). Desse modo, ao menino Gigi cabia apenas um espaço subalternizado em relação à menina Vitória e ao funcionário do Estado que tal era o local hierárquico de prestígio que o fazia ser tema das redações escolares da turma da 3ª classe. Arnaldo Santos, através da crítica veiculada no texto, faz-nos refletir sobre o local da escola e da educação linguística para manter firme os mecanismos de opressão colonial.

No que se refere ao papel da língua na luta anticolonial e antirracista, Nascimento (2019) exorta: “é preciso que haja o devir-negro do mundo, protagonizado pela linguagem como espaço de emancipação e hegemonia dos grupos historicamente marginalizados, tendo como mote a raça e sua desracialização discursiva, material, social e linguística dos nossos corpos” (p.35). Esse deve ser o foco da educação linguística para que possamos despertar no educando uma educação libertadora, ao contrário do que ocorre no conto “A menina Vitória”, de Arnaldo Santos.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. Pós-colonialismo, Neocolonialismo, Anticolonialismo. In: **O desafio do escomburo: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). **História geral da África**. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**. Marília, 18(19): 339-381, 1972/73. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3520>. Acesso em 28 nov. 20121.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The Pronouns of Power and Solidarity. In: **Style in Language**. ed. por T. A. Sebeok, Press of M.I.T., 1960, ps. 253-276.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**. 2ª reimpressão. São Paulo: Parábola, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENOCCHI, Ana Carolina. O espaço que exclui, que exila: uma análise do conto “A menina Vitória, de Arnaldo Santos. In: **MEMENTO** - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso. Mestrado em Letras – UNINCOR. v. 9, n. 2. Jul.-dez. 2018.

MENOLI, Otavio. A menina Vitória: propostas de aula e considerações sobre a escola. In: **Conselho de classe**, 2018. Disponível em: <https://conselhodeclasse.com/a-menina-vitoria-propostas-de-aula-e-consideracoes-sobre-a-escola/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NETO, Maria da Conceição. Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). In: *África* (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 35, p. 119-127, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SANTOS, Robson Caetano dos. A europeização no ensino de língua portuguesa presente no conto “A menina Vitoria, de Arnaldo Santos e *Infância*, de Graciliano Ramos. In: **Litterata**, Ilhéus. vol. 7, n.1, jan.-jun. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/lory_/Downloads/Dialnet-AEuropeizacaoNoEnsinoDaLinguaPortuguesaPresenteNoC-6132586.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. As literaturas africanas de língua portuguesa: um percurso de cantos e desencantos. In: **Vernaculum**, Petrópolis, v. 3, n. 3, set. 2011. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/vernaculum/article/view/1229>